TÂNIA RAMOS

**MERCADO DE TRABALHO E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL
EM SANTA CATARINA**

Florianópolis – SC

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MERCADO DE TRABALHO E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM SANTA CATARINA

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Tânia Ramos

Orientador(a): Prof^a Carmem Gelinski

Área de Pesquisa: Economia do Trabalho

Palavras – Chaves: 1 – Mercado de Trabalho
2 – Discriminação Racial
3 – Trabalho Escravo

Florianópolis, Julho de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota..... ao aluno(a) **Tânia Ramos** na disciplina **CNM 5420 – Monografia**, pela apresentação desse trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Carmen Rosário Ortiz Gutierrez Gelinski
Presidente

Prof. Cláudia Lúcia Bisaggio Soares
Membro

Prof. Marialice de Moraes
Membro

Dedico este trabalho aos meus pais Aroldo e Maria de Lourdes pelo apoio e compreensão em todos os dias da minha vida e a todos os negros que sofrem discriminação racial.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela saúde, perseverança, força e pela oportunidade de concluir esse curso.

A meus pais Aroldo e Maria de Lourdes pelo carinho, educação, conselhos sempre nas horas certas e especialmente pelo amor incondicional, sem o qual eu não teria conseguido alcançar meus objetivos.

As minhas irmãs Ana Lúcia, Eliane e Leandra e meu irmão Luiz Eduardo pelo carinho e compreensão.

A minha amigas Caroline, Karina e Socorro pela ajuda, apoio e amizade dados para mim em momentos difíceis.

Aos meus colegas, pela colaboração e apoio neste ano de estudo.

A minha orientadora Prof^a Carmen Gelinski pela ajuda nesta difícil batalha.

As Professoras Cláudia e Marialice pelas contribuições tão importantes nesse trabalho.

Enfim a todas as pessoas que de uma forma ou sempre me apoiaram para que eu pudesse concluir essa graduação.

RESUMO

A presente monografia aborda um tema bastante discutido que são as desigualdades no mercado de trabalho e as discriminações raciais. Com o intuito de contextualizar o tema central são analisados dados gerais sobre a escravidão, assim como é apontada a principal etapa que levou a abolição da escravidão em 1888. Contudo o tema central é o mercado de trabalho da população negra versus população branca no município de Florianópolis. Esta abordagem que se limita ao período de 2000, último censo demográfico divulgado. Na primeira parte da monografia apresentam-se economistas, sociólogos e historiadores especializados no tema da escravidão, nos fatores que a geraram e nos fatores que levaram à sua abolição no Brasil e em Santa Catarina. Na segunda parte a pesquisa vai abordar temas como racismo, preconceito e discriminação racial e também trará dados que descrevem a situação da população negra em relação à população branca em Florianópolis. Busca-se, portanto, mostrar se o regime escravista em que os negros foram submetidos impediu seu desenvolvimento educacional afetando, assim as condições de trabalho dos negros em relação aos brancos. E é neste processo que se verifica que a discriminação racial teve sua influência.

ABSTRACT

The present monograph approaches a subject sufficiently argued that is the inequalities in the racial market of work and discriminations. With the intention of contextualizar the central subject they are analyzed given general on the slavery, as well as is pointed the main stage that takes the abolition of the slavery in 1888. However the central subject is the market of work of the black population versus white population in the city of Florianópolis. This boarding that if limits to the period of 2000, last divulged demographic census. In the first part of the monograph economists present themselves, sociologists and historians specialized in the subject of the slavery, the factors that had generated it and the factors that had led to its abolition in Brazil and Santa Catarina. In the second part the research goes to approach subjects as racism, preconception and racial discrimination and also will bring given that they describe the situation of the black population in relation to the white population in Florianópolis. One searches, therefore, to show if the escravista regimen where the blacks had been submitted hindered its educational development affecting, thus the work conditions black them in relation to the whites. E is in this process that if verifies that the racial discrimination had its influence.

.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação da Mão-de-obra escrava em Santa Catarina – 1810.....	p.25
Tabela 2 - Anúncios de compras de escravos em Desterro entre 1855 - 1865 conforme o ramo de atividade.....	p.26
Tabela 3 - População Economicamente Ativa por cor ou raça segundo País, Região, e Mesoregião – 2000	p.32
Tabela 4 - Taxa de Precarização do Trabalho por cor ou raça segundo País, Região, e Mesoregião – 2000.....	p.33
Tabela 5 – Taxa de Desemprego por cor ou raça segundo País, Região e Mesoregião – 2000.....	p.33
Tabela 6 - Rendimento Médio do Trabalho Principal por cor ou raça segundo País, Região, e Mesoregião – 2000.....	p.34
Tabela 7 - Razão de Assalariamento do Trabalho por cor ou raça segundo País, Região e Mesoregião – 2000.....	p.34
Tabela 8 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por cor ou raça, sexo e classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos por cor ou raça segundo País, Região e Mesoregião – 2000.....	p.35
Tabela 9 – Índice de Desenvolvimento Humano por cor ou raça, por cor ou raça segundo País, Região e Mesoregião – 2000.....	p.36
Tabela 10 – Índice de Pobreza por cor ou raça segundo País, Região e Mesoregião – 2000.....	p.37
Tabela 11 – Índice de Indigência por cor ou raça segundo País, Região e Mesoregião – 2000.....	p.37
Tabela 12 - Escolaridade Média segundo País, Região e Mesoregião – 2000.....	p.38
Tabela 13 - Taxa de Analfabetismo segundo País, Região e Mesoregião – 2000.....	p.39
Tabela 14 – Faixa de Escolaridade segundo País, Região e Mesoregião – 2000.....	p.39

SUMÁRIO

RESUMO.....	p.6
ABSTRACT.....	p.7
LISTA DE TABELAS.....	p.8
<u>CAPITULO I</u>	
1 INTRODUÇÃO.....	p.10
1.1 Problemática.....	p.10
1.2 Fomulação da Situação-problema.....	p.11
1.3 Objetivos.....	p.12
1.3.1 Objetivo Geral.....	p.12
1.3.2 Objetivos Específicos.....	p.12
1.4 Metodologia.....	p.13
1.5 Pressupostos Conceituais.....	p.14
<u>CAPITULO II</u>	
2 ESCRAVIDÃO.....	p.16
2.1 Introdução.....	p.16
2.2 Tráfico negreiro.....	p.18
2.3 Crise do sistema escravista e fim do tráfico.....	p.19
2.4 A abolição do regime escravista.....	p.21
2.5 O regime escravista em Santa Catarina.....	p.24
2.6 Situação da população negra após abolição da escravatura	p.27
<u>CAPITULO III</u>	
3 DESIGUALDADES NO MERCADO DE TRABALHO ENTRE BRANCOS E NEGROS.....	p.31
3.1. Introdução.....	p.31
3.2. População economicamente ativa versus precarização de trabalho e taxas de desemprego.....	p.32
3.3. Posição ocupacional e rendimentos.....	p.34
3.4. Desenvolvimento humano, pobreza e desigualdades.....	p.36
<u>CAPITULO IV</u>	
4 NÍVEL DE ESCOLARIDADE ENTRE BRANCOS E NEGROS.....	p.38
4.1 Introdução.....	p.38
4.2 Indicadores de escolaridade.....	p.38
<u>CAPITULO V</u>	
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.40
REFERÊNCIAS.....	p. 41

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problemática

A classe trabalhadora como um todo ao buscar por oportunidades e melhores rendimentos no mercado de trabalho tem se deparado com mudanças como:

- Perda relativa da participação do setor industrial em empresas de médio e grande porte em função da terceirização de atividades;
- Crescimento da participação tanto no setor industrial como de serviços em empresas de pequeno porte em função das baixas remunerações;
- Exigências na aparência e na formação educacional e profissional. Em consequência dessas mudanças pelas desigualdades de emprego e renda, trabalhadores menos qualificados são excluídos do mercado de trabalho ou empregados em áreas precárias, ou seja, em postos de trabalho com menos segurança e com rendimentos inferiores.

Assim, com o objetivo de tentar explicar as desigualdades dos grupos raciais no mercado de trabalho é que vários estudos foram elaborados.

Ianni (1966, apud BRANDÃO, 2003) afirma que as desigualdades não podem ser compreendidas a partir das características culturais, étnicas ou mesmo simplesmente raciais, mas sim no contexto econômico, ou seja, na relação da força de trabalho com o capital na sociedade brasileira.

Trata-se aqui do que Lovell (1991, apud BRANDÃO, 2003) denominou de modelo classe-mais-do-que-raça segundo o qual o problema racial se extingiria no momento em que os negros atingissem patamares de educação formal e de renda mais favoráveis.

Fernandes (1978, apud BRANDÃO, 2003), por sua vez, descreve que a desigualdade é um atraso cultural já que para ele, no âmbito do processo de urbanização e da industrialização com a expansão das estruturas socioeconômicas capitalistas, as desigualdades seriam progressivamente destruídas. E assim, os negros seriam incorporados ao mercado de trabalho e introduzidos na classe trabalhadora.

Porém, segundo Brandão (2003), na perspectiva industrialista isso não se aplica, pois o que se verifica é que os pretos e pardos estão concentrados na agricultura, na indústria de construção e na prestação de serviços, atividades que correspondem aos piores salários e rendimentos.

Lovell (1991) também discorda de Fernandes acerca da tese do industrialismo, onde argumenta que embora o Brasil tenha experimentado um crescimento significativo do PIB nas décadas de 1950, 1960 e 1970, com ampla expansão do setor secundário e terciário, esse processo além de ter se dado em paralelo com uma grande concentração de renda não proporcionou melhorias nas condições sociais e econômicas dos negros.

Por último, Hasenbalg (1979 apud BRANDÃO, 2003) e Hasenbalg e Silva (1988 apud BRANDÃO, 2003) afirmam que a desigualdade possui uma específica funcionalidade no sentido de proporcionar maiores potencialidades de ganhos materiais e simbólicos para os brancos ao diminuir as perspectivas dos negros no mercado de bens materiais e simbólicos.

Segundo Brandão (2003) trata-se aqui de uma desvantagem competitiva que é produzida e mantida pela discriminação racial. Mais especificamente os negros em maior número proporcional que os brancos nascem em áreas pouco desenvolvidas, se originam de famílias mais pobres, possuem dificuldades de realização escolar maiores em todos os níveis de ensino, se concentram na perspectiva ocupacional em atividades desqualificadas e de baixo rendimento.

1.2 Formulação da Situação-Problema

As desigualdades refletidas no mercado de trabalho, as quais já foram temas de vários estudos, podem ser explicadas por três fatores: características físicas e culturais, escolaridades e qualificação exigida, e herança escravocrata.

1. Características físicas e culturais estão repercutindo negativamente, principalmente no que se refere à participação na sociedade.

2. Escolaridade, qualificação ou experiência profissional onde à medida que essas condições forem satisfeitas ou igualadas as desigualdades seriam eliminadas.

3. Herança escravocrata que ainda hoje afeta as relações sociais e proporciona um tratamento inferior para os negros. Afinal, os negros se tornaram livres, porém, a sociedade não lhes deu oportunidades de inserção social.

E é a partir daí que será possível esclarecer as desigualdades, focalizando as condições estruturais em que os escravos se tornaram livres, pois as manifestações de preconceito racial na atualidade dependem do exame das condições econômico-sociais no passado (IANNI, 1972).

Dessa forma, o problema de pesquisa desta monografia é procurar explicar, principalmente no município de Florianópolis, se as condições em que a população negra foi submetida no período escravista impediram que os negros alcançassem nível educacional suficiente para obterem melhores oportunidades e rendimentos e assim foram submetidos a condições precárias de trabalho.

E também buscar debater a problemática do racismo no mercado de trabalho em Florianópolis a fim de buscar explicações e difundir o conhecimento sobre esse tema que necessita ser estudado em função da precariedade de informações sobre o mesmo.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar as condições de trabalho em Santa Catarina da população negra em relação à população branca verificando a questão da educação e da discriminação racial.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Debater a questão da escravidão até sua abolição no Brasil e em Santa Catarina;
- b) Discutir a questão da discriminação racial e da inclusão da população negra na educação e no mercado de trabalho em Santa Catarina;
- c) Procurar explicar a baixa distribuição de renda e as dificuldades encontradas pela população negra ao se inserir no mercado de trabalho em relação à população branca em Santa Catarina no período de 2000 verificando se está associado ao período escravista, baixo nível educacional e à discriminação racial.

1.4 Metodologia

Uma vez que o problema de pesquisa tenha sido formulado de maneira suficientemente clara para que possa especificar os tipos de informações necessárias, o pesquisador precisa criar o seu planejamento de pesquisa.

Um planejamento de pesquisa é a organização das condições para a coleta e análise de dados, de maneira que procure combinar a significação para o objeto da pesquisa com a economia de processo variando de acordo com o objetivo da pesquisa o que deve ser definido no planejamento (SELLTIZ, 1974).

Depois de definir o objetivo da pesquisa é preciso classificar a pesquisa, pois, será muito útil para estabelecer o marco teórico. Quanto à sua classificação as pesquisas podem ser exploratórias, descritivas e explicativas.

As pesquisas exploratórias têm como objetivos familiarizar-se com o fenômeno ou conseguir nova compreensão para poder formular um problema mais preciso de pesquisa ou criar novas hipóteses. As pesquisas descritivas têm como objetivos apresentar precisamente as características de uma situação, um grupo ou um indivíduo específico, ou ainda, verificar a frequência com que algo ocorre ou com que está ligado a alguma coisa. E as pesquisas explicativas têm como objetivos verificar uma hipótese de relação causal entre variáveis (SELLTIZ, 1974).

Assim, de acordo, com o que foi citado acima, a pesquisa a qual está sendo realizado classifica-se em exploratória.

Mas para analisar os fatos do ponto de vista empírico e para confrontar a visão teórica com os dados da realidade torna-se necessário definir a pesquisa quanto aos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados. Nesse sentido, conforme Gil (2002) as pesquisas podem ser classificadas em pesquisa bibliográfica, documental, pesquisa experimental, ex-post facto, levantamento ou estudo de caso.

Esta pesquisa se define como pesquisa bibliográfica, pois é desenvolvida, principalmente, com base em livros e artigos científicos e também se utilizam dados secundários divulgados pelos IBGE, principalmente os dados do Censo Demográfico do ano 2000, que são os dados disponíveis no último censo.

1.5 Pressupostos Conceituais

a) Definição de cor/raça¹

O conceito de raça teve conotações diferentes desde 1872:

- **Censo (1872):** a população foi dividida em população livre e população escrava onde foram classificados livres os brancos, pardos, pretos ou caboclos e em escravos apenas pardos e pretos.
- **Censo (1890):** a população foi classificada em brancos, pretos, caboclos e mestiços.
- **Censo (1940):** a população foi classificada em pretos, brancos e amarelos e os designados como índios, caboclos, mulatos e morenos foram classificados em pardos.
- **Censo (1950):** assim como no censo anterior a população poderia qualificar-se em uma das seguintes cores – branca, preta e amarela. Quaisquer outras respostas como índio, caboclo, mulato, moreno foi posteriormente reunido sob a designação de pardos.
- **Censo (1960):** foi semelhante ao anterior quanto à classificação adotada. Já à forma de coleta, no entanto, introduziu-se pela primeira vez a pré-codificação.
- **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1976):** inclui em seu suplemento a variável cor em dois quesitos. O primeiro deles tinha por objetivo investigar como os informantes descrevem sua cor. O segundo quesito visava obter do informante uma classificação da resposta dado ao quesito anterior. As classificações das respostas dos informantes resultaram em branca, preta, amarela, parda, clara, morena clara e morena. Verificou-ser que as pessoas que usavam o termo morena assinalaram em sua grande maioria parda. A classificação com as categorias branca, preta, amarela e parda representam um indicador bastante confiável da maneira como os informantes se autoclassificam com relação à cor.
- **Censo (1980):** a população continuou a ser classificada em branca, preta, amarela e parda (mulata, mestiça, índia, cabocla, mameluca, cafuza, etc).
- **Censo (1991):** a população indígena passou a ser enumerada separadamente da parda. Passam, então, a ser possível as seguintes classificações: branca, preta, amarela (pessoas de origem

¹ Toda seção é baseada em Oliveira; Porcaro; Costa (1983); Beltrão; Teixeira (2004).

japonesa, chinesa, coreana etc), parda e indígena, classificação que se aplica tanto aos que vivem em aldeamento como em outros lugares.

b) Racismo, Preconceito e Discriminação racial.

Tanto o preconceito racial quanto o racismo, não deve ser confundido com a discriminação racial porque esta só acontece na medida em que alguém se manifesta. É quando o racista ou preconceituoso transforma sua atitude em manifestação. Mas o racismo também não deve ser confundido.

O racismo é um sentimento de superioridade de um grupo racial sobre outro assim como da crença de determinados defeitos de ordem moral e intelectual próprios. Ele atribui a um grupo determinados aspectos negativos em razão de suas características físicas ou culturais. Já o preconceito racial é uma atitude negativa em relação a alguém a qual pode ser tomada em relação a um indivíduo, a um grupo ou mesmo a uma idéia. Quando uma pessoa tem uma atitude preconceituosa em relação à outra ela está fazendo uma comparação a partir de seu padrão de referência. Portanto, o preconceito racial ocorre quando uma pessoa ou um grupo sofre uma atitude negativa por parte de alguém que tem como padrão de referência o próprio grupo racial (SANTOS, 2001, p. 83-85).

Apesar disso, segundo Santos (2001), a idéia de racismo e preconceito racial são geralmente usadas sem que as pessoas separem uma da outra. Afinal, tanto o preconceito quanto o racismo são modos de ver certas pessoas ou grupos raciais. Mas, sem dúvida, racismo e preconceito racial não são equivalentes. O racismo é mais amplo em seu sentido do que o preconceito racial.

CAPÍTULO 2

2 A ESCRAVIDÃO

2.1 Introdução

Segundo Montenegro (1989) a escravidão teve sua origem entre os séculos IV e V antes de Cristo sobre os povos antigos que habitavam as margens do Mediterrâneo pela conquista de outro povo onde eram escravizados os povos inimigos, quando derrotados. Mas nesse período que vai até o século XV, a escravidão permaneceu apenas como elemento residual, raro. Somente com a colonização européia do continente americano a situação se agravou. Foram escravizados milhões de indígenas e cerca de 15 milhões de negros africanos trazidos como escravos para trabalhar nas minas e plantações.

E é nesse mesmo período, por volta de 1500, que surge a escravidão no Brasil. A princípio utilizou-se do trabalho indígena daqueles aprisionados em guerra.

Os portugueses, ao aportarem nas terras dos povos indígenas começaram uma guerra usando todos os meios para apoderar-se das terras e dominar os povos que nelas habitavam. Muitos indígenas, aos serem presos pelos portugueses, foram transformados em escravos. Assim, começava a se desenvolver, nesse período, o comércio de escravos.

Mas na verdade, os índios já tinham iniciado nas tarefas no período anterior, da extração do pau-brasil, passando depois a trabalhar na lavoura de cana-de-açúcar. Mas esta situação não duraria muito tempo:

Em primeiro lugar, à medida que chegavam mais colonos cresciam as solicitações de trabalho e os índios iam perdendo o interesse pelos objetos de pouco valor que eram dados como pagamento pelo serviço. Tornavam-se aos poucos mais exigentes, e a margem de lucro do negócio ia diminuindo em proporção. Além disto, o índio se dava mais ou menos bem com o trabalho da extração do pau-brasil o que já não acontecia com a disciplina. Aos poucos foi se tornando necessário forçá-lo ao trabalho, manter vigilância sobre ele e impedir sua fuga e abandono da tarefa em que estava ocupado. Mas, isto não se fez sem lutas prolongadas. A princípio fugiam para longe dos centros comerciais, mas os colonos iam buscá-los em seus refúgios. Frequentemente, obtinham vitória, pois eram em número elevado e havia poucos colonos. São inúmeros os casos conhecidos de destruição total dos nascentes núcleos. Certos setores do litoral brasileiro sofreram tanto dos ataques indígenas que nunca chegaram a se organizar normalmente, assistindo periodicamente a destruição de suas lavouras e povoações. E foi por isso que em 1570, através de carta régia, estabeleceu-se o direito da escravidão dos índios limitada aos aprisionados em guerra justa no qual resultasse de agressão dos indígenas,

ou que fosse promovida contra tribos que recusavam submeter-se aos colonos a entrarem em entendimentos com eles (PRADO JUNIOR, 1970, p. 34-35).

Mesmo assim, sobretudo em regiões mais pobres que não puderam pagar o elevado preço dos escravos africanos, os colonos não abriram mão da mão-de-obra indígena e não houve lei ou limitação que os detivesse.

Os índios eram de grande utilidade especialmente na produção de subsistência, nas lides de gado e no reforço ao abastecimento dos brancos através da caça e da pesca. Tiveram os índios um papel importante também nas guerras contra tribos hostis, quilombolas e invasores estrangeiros. Além disso, os índios eram muito úteis no transporte de cargas e de pessoas, tanto por terra como por água. Conheciam as florestas e seus segredos como ninguém e eram hábeis canoieiros, servindo também de guias (BRUM, 2000).

Apesar disso, a mão-de-obra escrava foi constituída basicamente de escravos trazidos da África, pois se tornava mais econômico comprar escravos dos comerciantes vindos da África em vez de realizar expedições para guerrear com indígenas e prendê-los.

As expedições eram arriscadas, já que as terras eram muito conhecidas pelos indígenas e também, esses indígenas ao se revoltarem contra os portugueses, sempre contavam com o apoio do restante da tribo ou de outros povos indígenas amigos.

Além disso, os índios se mostravam maus trabalhadores, pois tinham pouca resistência física e eficiência mínima. Nunca seriam capazes de dar conta de uma tarefa colonizadora levada em grande escala.

Afinal, os índios saíram de uma civilização tão primitiva que não podiam adaptar-se com a necessária rapidez ao sistema e padrões de uma cultura tão superior à sua como era aquela que lhe traziam os brancos. Esse problema somente o negro africano poderia resolver. Mesmo assim, o processo de substituição do índio pelo negro prolongou-se até o fim da era colonial, somente em algumas regiões como Pernambuco e Bahia foi mais rapidamente. Contra o escravo negro havia um argumento muito forte: seu custo. Não tanto pelo preço pago na África, mas em consequência da grande mortandade a bordo dos navios que faziam o transporte. Acumulados de forma a haver um máximo de aproveitamento de espaço, mal alimentados, suportando longas semanas de confinamentos e as piores condições higiênicas, somente uma parte dos cativos alcançavam seu destino. O valor dos escravos foi assim sempre muito elevado onde somente as regiões mais ricas e florescentes podiam suportá-los (PRADO JUNIOR, 1970, p. 36).

2.2 Tráfico Negreiro

O tráfico negreiro era realizado através dos portos, transportados por meio dos navios negreiros em condições desumanas. Conseqüentemente, muitos morriam antes de chegar no Brasil e, então, seus corpos eram lançados ao mar. Os que sobreviviam eram entregues para trabalhar em fazendas de açúcar ou nas minas de ouro, no qual eram tratados muito mal.

Trabalhavam muito e de sol a sol; recebiam apenas trapos para se vestirem; a alimentação era de péssima qualidade e a noite passavam na senzala no qual eram acorrentados para evitar fugas noturnas. Também eram constantemente castigados fisicamente. Além disso, eram proibidos de praticar sua religião, festas e rituais. Tinham que seguir a religião católica. Mesmo com todas essas restrições não deixaram sua cultura e costumes se apagarem, praticando mesmo escondidos.

Mas a massa dos escravos no qual eram traficados não era homogênea e sim bastante diversificada, pois vinham de regiões diferentes no qual conviviam na mesma fazenda ou no mesmo engenho, ou ainda, nos núcleos urbanos, o que facilitava para manter o controle. E era isso que os comerciantes portugueses faziam. Controlavam de forma bem estruturada os escravos, alcançando assim, uma expansão na lavoura de cana e na produção de açúcar e, também, uma compensadora lucratividade (TOLEDO, 1996).

Como se observa, o tráfico de escravos tornou-se excelente negócio, pois as maiores importações brasileiras, ao longo de 1550 a 1850 eram em escravos.

Segundo Toledo (1996), o valor do tráfico chegava, em alguns anos, a superar a exportação de açúcar alcançando uma rentabilidade média em torno de 20%, a maior do mundo. Conseqüentemente, traficantes, tornaram-se as grandes classes dominantes do país. Eles comandavam uma complexa intermediação triangular entre o Brasil, a Europa e a África, a qual tornava o negócio ainda mais lucrativo.

Devido a esse rentável negócio, partiam do Brasil com fumo e aguardente onde trocavam parte dessa carga por produtos manufaturados da Inglaterra, e com a outra parte adquiriam escravos a baixo custo.

Havia também produtos europeus como as armas de fogo e pólvoras e outros produtos que interessavam aos comerciantes ligados ao tráfico estabelecidos nos principais portos africanos, para trocá-los por negros aprisionados. Quando voltavam ao Brasil vendiam os manufaturados ingleses em seus estabelecimentos comerciais e os escravos aos mineradores, fazendeiros de café, senhores de engenho ou outros interessados. Os comerciantes mais sólidos faziam também o comércio direto de exportação de bens primários e de importação de manufaturados

com a Europa. À medida que esses intermediários acumularam capitais, tornou-se também prática comum financiarem eles a venda de escravos para pagamento na época da colheita, cobrando juros e aumentando o lucro como rentistas (BRUM, 2000, p. 149).

Mas esse rentável negócio exigia também grandes investimentos. Era negócio para homens experientes. Apesar disso, gente pobre também tinham escravos, exceto nas poucas fases de escassez de oferta.

Mesmo ex-escravos tinham escravos. Tinham-se escravos porque era uma mercadoria barata devido a abundante oferta por parte dos traficantes, mas também, no caso dos ex-escravos, para mostrar à sociedade que não eram mais escravos. Mas houve também períodos em que o comércio de escravos encareceu, devido a pouca oferta, mas em geral era barata. Uma das razões disso, é que os próprios africanos colaboravam na captura dos escravos, o que contribuía para abater os custos da operação.

2.3 Crise do sistema escravista e fim do tráfico²

Os povos africanos o qual tinham sido transformados em escravos, nunca deixaram de lutar contra a escravidão. Lutavam desde que embarcavam nos navios onde muitos morriam durante a viagem por suicídio devido à saudade. E os que chegavam vivos no Brasil continuavam lutando. Conseqüentemente, sofriam terríveis castigos, pois não admitiam que os escravos se rebelassem contra o regime escravista. Muitos fugiam, prática essa constante.

Quando conseguiam fugir estabeleciam-se no mato criando sua própria comunidade, vivendo do plantio e da criação. Essas comunidades eram conhecidas pelo nome de quilombos destacando-se o “Quilombo de Palmares” pelo seu tamanho, população e prolongada existência.

Enquanto para os escravos os quilombos eram a melhor opção de vida e o símbolo da vitória contra a escravidão, para os fazendeiros e senhores de engenhos eram uma forte ameaça ao regime escravista.

Em função da fuga de escravos representar uma ameaça aos seus senhores, já que precisavam dos escravos para o trabalho e somente eles dominavam as atividades produtivas, foi criada a profissão de capitão-do-mato a qual dedicava-se a capturar os escravos fugidos, para entregar aos seus donos em troca de pagamento pelo seu serviço. E quando eram capturados sofriam terríveis castigos.

² Toda seção está baseada em Montenegro (1989, p. 7-9).

Com isso, no final do século XVIII e início do século XIX, começou-se a reconhecer que a escravidão não era algo natural, mas, algo inaceitável. A escravidão parecia estar chegando ao fim. Começava a ser condenada em função dessas grandes violências cometidas contra os escravos. Então, associações e clubes abolicionistas começaram a apoiar as fugas de escravos como forma de conter as violências, como os de escravos cometer assassinatos contra os senhores e feitores.

A Inglaterra foi o primeiro país a abolir o tráfico de escravos nas suas colônias, o que se tornou o aliado internacional da luta contra ele. É sob sua influência ou pressão que o tráfico foi sucessivamente abolido por todos os países do mundo.

Quem mais resistiu foi Portugal e seu sucessor, o Brasil. Afinal, haviam consideráveis interesses envolvidos na mão-de-obra escrava onde explica esta resistência de quase meio século. E os ingleses como pressionaram os outros países não seria diferente com o Brasil para o fim do tráfico de escravos.

Uma das razões é que o açúcar produzido nas colônias inglesas das Antilhas apresentava o preço mais elevado após o fim do tráfico em 1807 e da abolição da escravidão em 1833 na Inglaterra. Conseqüentemente, o açúcar brasileiro produzido pelos escravos tornava-se mais barato, pois, poderia aumentar sua produção apenas fazendo o escravo trabalhar mais horas.

Já para colônias inglesas, que não possuíam mais trabalho escravo qualquer aumento na produção significava pagar mais trabalhadores. Além disso, o processo de passagem do trabalho escravo para o trabalho livre exigia um período de adaptação e organização, provocando reduções na produção. Dessa forma, o açúcar brasileiro passava a levar vantagem no comércio internacional.

Outra razão que levou a Inglaterra a lutar pelo fim da escravidão em outros países foi que em virtude de seu avanço industrial a produção amplia-se significativamente e como o regime escravista não pagava salários a seus trabalhadores se restringia o mercado de consumo.

Por essas razões que, desde 1810, os ingleses começaram a pressionar o Brasil para que proibisse o tráfico de escravo como forma de eliminar aos poucos a escravidão.

Dessa forma, gerou-se um distanciamento das relações entre Brasil e Inglaterra, a partir de 1845.

O Brasil não renovou o acordo feito anteriormente que dava o direito de ingleses vistoriarem os navios sob suspeita de transporte de escravos. Com isso, os ingleses aprovaram em seu parlamento a lei Bill Aberdeen concedendo o direito de vistoriar qualquer navio negreiro em qualquer lugar que se encontrasse desrespeitando o direito de visita e busca com consentimento de ambas as partes.

Brasil e Inglaterra estavam em guerra o que não diminuiu o número de escravos, pelo contrário, um número maior de escravos foi trazido ao Brasil.

Apesar dos interesses de fazendeiros, senhores de engenho e comerciantes serem mais fortes que essas pressões e perseguições aos navios negreiros em águas brasileiras, em 1850 o Brasil concorda em assinar a lei que proíbe o tráfico de escravos. São tomadas todas as medidas necessárias para que esta seja cumprida já que em 1831 o governo brasileiro havia assinado uma outra lei proibindo a entrada de escravos no país que nunca foi cumprida.

As razões que explicam a assinatura desta lei, a Lei Eusébio de Queiroz, assinada em 1850 proibindo o tráfico de escravos, referem-se às pressões inglesas no qual criam um estado de guerra entre Brasil e Inglaterra apreendendo e destruindo diversas embarcações utilizadas para o tráfico de escravos o que prejudica muitos comerciantes e produtores de café e açúcar gerando uma crise econômica no país, pois diminuem os acordos comerciais entre Brasil e Inglaterra. Conseqüentemente, proprietários e comerciantes começam a defender junto ao governo brasileiro a aprovação do fim do tráfico de escravos.

2.4 A abolição do regime escravista³

Mesmo após a assinatura da Lei Eusébio de Queiroz há registros de alguns desembarques de escravos no Brasil em 1851 e 1852, mas em menores quantidades o que significa que a lei foi cumprida, mais não que se extinguiu a escravidão. O fim do tráfico de escravos não significa o fim da escravidão.

Agora existia o comércio entre as regiões que formavam o Brasil gerando outros problemas, pois as regiões Norte e Nordeste que não estavam numa época boa passaram a vender grandes quantidades de escravos a preços elevados para fazendas de café nas regiões Sul e Sudeste que estavam expandindo rapidamente e, portanto, precisava de novos escravos. Com isso, o Norte e Nordeste começou a adotar o trabalho livre e a aceitar o fim da escravidão diferentemente do Sul e Sudeste que tinham acabados de realizar investimentos na compras de escravos.

Apesar disso, em final de 1860, muitos dos países que mantinham a escravidão foram cedendo as pressões abolicionistas. Entretanto, nas colônias de Cuba, Porto Rico e Brasil a escravidão ainda era mantida em 1860.

Com isso, avançam um movimento defendendo que se aprove uma lei com prazo para o fim da escravidão. Aqueles que já não utilizavam mais mão-de-obra escrava consideravam o fim da

³ Toda seção está baseada em Montenegro (1989, p. 9-14)

escravidão um progresso. Mesmo assim, consideravam a abolição imediata muito difícil e perigosa, então, defenderam a abolição gradual.

Como houve forte pressão de parte da sociedade para que se aprovasse uma lei com prazo para o fim da escravidão foi aprovada a Lei do Ventre Livre.

A Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871 dava liberdade aos filhos de escravas que completassem oito anos de serem entregues ao estado em troca de pequena indenização ou que ficasse trabalhando somente até os 21 anos, a idade no qual alcançariam a liberdade. Mas essa lei em nada modificou a escravidão, pois a lei nunca foi cumprida.

Os filhos de escravos nunca foram entregues. Nem o estado construiu abrigos e escolas para receber essas crianças livres, que é o que previa a lei. E como todos os filhos de escravos só seriam livres aos completar 21 anos previsto também na lei eles só seriam livres em 1892 considerando que nasceram em 1871 o que torna evidente que a abolição no qual foi aprovada em 1888 antecipou em quatro anos a liberdade desses filhos e filhas de escravos.

Com isso, em 1884, devido à disputa entre escravistas e abolicionistas começa a se discutir na Câmara um projeto referente à libertação dos idosos o qual ficou conhecido por Lei do Sexagenário. A Lei do Sexagenário significou uma conquista para os abolicionistas pelo fim da escravidão. Acreditavam que aprovando essa lei poderiam aprovar a abolição. Com isso, proprietários comerciantes voltam a defender a abolição gradual da escravidão sem aprovação de leis com exceção da Lei do Ventre Livre. Eles eram contra a Lei do Sexagenário afirmando que a Lei do Ventre Livre era suficiente para extinguir o trabalho escravo. Mas em agosto de 1885 a Lei do Sexagenário é aprovada.

No entanto, as modificações introduzidas pelos escravistas descaracterizaram o projeto. Embora o projeto era para dar liberdades aos escravos com 60 anos não foi o que ocorreu. Segundo a lei só seriam libertados imediatamente os escravos com 65 anos. Os que tinham 60 anos tinham que trabalhar mais três anos como indenização pela liberdade. A aprovação dessa lei revoltou os abolicionistas ficando evidente que pela via legal a abolição ainda estava distante.

Apesar disso, em face do grande crescimento dos movimentos abolicionistas a escravidão tinha seus dias contados, pois os escravos não estavam mais lutando sozinhos. Os escravos tinham o apoio dos movimentos abolicionistas. E como resultado dessa aliança, os estados do Ceará e Amazonas, em 1884, decretaram o fim da escravidão tendo grande repercussão sobre os outros estados e também fortalecendo significativamente o movimento abolicionista.

Entretanto, alguns estados eram contra a abolição. Os estados de Rio Grande do Norte e Piauí encaminham protestos ao governo central, pois muitos escravos ajudados pelos abolicionistas fogem e se dirigem ao Ceará. Afinal, já não corre nenhum risco de serem capturados, devido o Ceará ter abolido a escravidão. Assim, os abolicionistas conseguiram alcançar seus objetivos.

No entanto, devido ao valor significativo dos escravos e a importância de seu trabalho nos cultivos de café e açúcar se criava uma resistência à abolição. E assim, muitos lugares continuaram mantendo o regime escravista e, portanto, não cessaram as violências contra os escravos, como por exemplo, a morte de dois escravos no Rio de Janeiro depois de condenados ao castigo de trezentos açoites o que levantou protestos e indignações levando a aprovar na Câmara a lei que proibia definitivamente o açoite.

Com isso, nesse período as fugas começaram a crescer em número incontrolável levando os cafeicultores a solicitarem a convocação de forças militares para reprimir os escravos. Mas os militares não queriam ser mais encarregados de capturarem escravos. Então eles escreveram uma carta à princesa Isabel solicitando que não fossem encarregados mais de capturá-los o que marca a perda definitiva do controle dos senhores sobre o processo de libertação dos escravos. Conseqüentemente, no dia 13 de maio de 1888 com a promulgação da Lei Áurea, pela princesa Isabel, que decretava a abolição da escravidão.

Na verdade, a abolição só ocorreu em função de não ser mais viável economicamente para o país. Além disso, a imigração européia apresentava-se como alternativa viável ao braço escravo. Assim, tinham os escravos conquistado sua condição de homens livres, a tão sonhada liberdade. Claro que ao custo de muitas lutas, sofrimentos e mortes.

Portanto, a assinatura desta lei foi decorrente de pressões internas e externas. Das pressões internas temos o movimento abolicionista que já tinha grande força no país, as fugas dos negros que haviam se tornado freqüentes e incontroláveis e o exército que já se recusava a fazer o papel de capitão-do-mato. Além disso, não se tinha mais condições econômicas para manter o trabalho escravo já que haviam concorrência da mão-de-obra imigrante. Afinal, ela era barata, abundante e educada. Das pressões externas aparecem o avanço industrial levando a Inglaterra a pressionar o Brasil, pois estavam interessados em maiores mercados consumidores para seus produtos o qual com a escravidão não era possível devido a sua restrição ao consumo.

2.5 O Regime Escravista em Santa Catarina⁴

Durante a colonização da Ilha de Santa Catarina, os primeiros cinquenta anos (século XVIII e XIX), o aproveitamento do negro como mão-de-obra escrava foi muito reduzido e praticamente se restringiu à economia de subsistência.

Mais sem dúvida, mesmo nos primórdios da ocupação do solo houve a exploração do trabalho escravo. Já com a bandeira de Dias Velho chegaram escravos à Ilha. O índio foi o elemento humano com que o bandeirante mais contou no seu deslocamento para o sul.

O escravo negro só se tornou agente regular de trabalho nas minas. Os bandeirantes vicentistas, e os grupos de paulistas que os sucederam, se deslocaram para o sul, pois não podiam competir vantajosamente com as “emboabas” na exploração mineira, pela impossibilidade de dispor de recursos suficientes para adquirir escravos negros na quantidade necessária àquela exploração.

Compreende-se, portanto, a razão pela qual os bandeirantes que foram para a costa catarinense levaram um contingente tão grande de escravos indígenas. Isso não exclui, evidentemente, a ida de alguns negros com os paulistas para Santa Catarina naquela época. O próprio Dias Velho deixou na sua herança 25 escravos pretos.

Como pode ser observado o aproveitamento do negro como mão-de-obra escrava em Santa Catarina foi muito reduzido. Entretanto, com a intensificação da exploração da cana-de-açúcar os agricultores médios que possuíam mais escravos puderam prosperar em suas empresas agrícolas. Isso pode ser explicado pelo fato de que proprietários de grandes plantações possuíram um número considerável de escravos. Inclusive haviam anúncios de compra, venda e aluguel de escravos em Desterro entre 1855 a 1865 onde se verifica ter havido oferta e procura por escravos para atividades rurais. Entretanto, em nenhuma outra atividade os escravos foram mais largamente aproveitados do que nos serviços domésticos. Possuíam escravos os funcionários públicos, civis ou militares, os comerciantes, os lavradores, enfim, a população que tinham recursos suficientes para manter um, dois ou três negros na cozinha, na copa e na arrumação, ou então algum moleque esperto para entregar encomendas e dar recados, ao lado das mucamas e mães pretas do Brasil escravocrata. Nenhum outro tipo de atividade, nem a lavoura absorviam nesse período mão-de-obra mais numerosa.

⁴ Toda esta seção está baseada em Cardoso (2006).

Embora não haja referências precisas à localização destes escravos, é provável que ao menos parte deles tenha ficado em Santa Catarina. Os dados disponíveis sobre a Ilha no século XVII e começo do século XVIII são escassos e inseguros. Um ou outro viajante, alguma correspondência oficial e pouca coisa mais são os documentos que temos para reconstruir a atividade e o desenvolvimento econômico da Ilha de Santa Catarina.

Apesar dos dados serem reduzidos e precários eles permitem verificar a participação da mão-de-obra escrava na população da Ilha e da Província (Tabela 1).

Tabela 1 – Participação da Mão-de-obra escrava em Santa Catarina -1810				
Localidades	População Total	População Branca	Escravos	Ex-escravos
Nossa Senhora do Desterro	5.250	3.384	1.689	277
Ilha de Santa Catarina	12.471	8.842	3.313	316
Província	30.339	23.680	7.203	615
Laguna	6.383	4.920	1.377	86
São Francisco	4.788	3.953	623	212

Fonte: Elaboração própria segundo texto de Cardoso (2006).

Como pode ser observada na Tabela 1, a maior parte dos escravos se concentravam na Ilha de Santa Catarina. Isso aconteceu devido à intensidade da exploração da mão-de-obra escrava nos serviços domésticos. Apenas Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão apresentava maior taxa de escravos na população do que a capital da Ilha de Santa Catarina o que se explica pela existência de uma armação, a da Lagoinha. E é por isso que os dados de 1810, quando ainda havia pesca da baleia, acusam uma diferença expressiva a favor do Ribeirão quanto à proporção de escravos dessas duas localidades.

Nota-se, entretanto, que essa diferença era apenas quanto ao número relativo de escravos, pois em números absolutos a Capital da Ilha de Santa Catarina sempre teve mais escravos do que qualquer outra. No entanto, a população negra de cidades como São Francisco e Laguna era maior porque lá o número de ex-escravos era grande.

E no decorrer do século XIX a população escrava na Ilha e da freguesia de Desterro decresceu continuamente em proporção com a população total. Apesar de ter se mantido mais ou menos constante até a década de 70 a desagregação escravista se acentuou e as evasões alteraram esse quadro. Daí em diante tornou-se impossível manter o mecanismo de reposição dos escravos da lavoura e

outros serviços, o qual compensava o pequeno crescimento vegetativo da população escrava. Esse crescimento já tão reduzido deveria ser menor ainda em Santa Catarina em razão do desequilíbrio demográfico, que se revela na desproporção existente entre o número de escravos do sexo masculino e os do sexo feminino.

Com o fim do tráfico negreiro começou a ficar mais difícil a situação nas Províncias Negreiras (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) devido à carência de mão-de-obra escrava onde gerou efeitos rapidamente em Santa Catarina. Já em 1852 foi proibida através de lei a saída de escravos que não estivessem acompanhados de seus senhores sob pena de pagamento de tributo. Mas essa medida não teve resultado, pois nesse período de 50 a 65 senhores tentaram fazer passar escravos para fora da Província e também comprar escravos para serem remetidos para o Rio de Janeiro, bem como anúncios de compra de escravos para serem remetidos para o Rio (Tabela 2).

Tabela 2- Anúncios de compras de escravos em Desterro entre 1855 - 1865 conforme o ramo de atividade	
Atividades rurais	21
Serviço doméstico	71
Atividades urbanas	28
• Floristas	1
• Costura	5
• Quitandas	2
• Pedreiro	3
• Carpinteiro	3
• Tanoeiro	1
• Sapateiro	2
• Iluminador	1
• Distribuidor de água	1
• Marceneiro	4
• Alfaiate	2
• Funileiro	1
• Boleeiro	1
• Correeiro	1
Outras atividades	2
• Tocador de viola	1
• Marinheiro	1
Total	122

Fonte: Saint-Hilaire (1936, apud Cardoso, 2006)

Além disso, nesse período cresce a arrecadação do imposto pago por escravos saídos de Santa Catarina. No entanto, desde 1850 tem reduzido a um terço devido seu elevado valor.

Apesar disso, o incentivo em relação ao preço para o comerciante de escravos comprá-los em Santa Catarina e remetê-los para os grandes centros consumidores era constante.

Por todos esses motivos, não haviam condições para persistir o regime escravista. Assim, a partir de 1872 começa a diminuir o número de escravos na Província e neste mesmo ano começa-se o processo de desagregação da ordem escravista pela diminuição constante da procura por escravos nas principais cidades e respectivos municípios.

Verifica-se, então que a desagregação do regime servil foi muito rápida. A redução do número de escravos em Desterro foi acentuada ficando quase extinta a escravidão de 1871 a 1885, o que pode ser constatado pela intensidade da propaganda abolicionista nas áreas urbanas, afinal, o escravo urbano não fazia parte da engrenagem básica da economia da Província.

Já em relação a Lages e Tubarão nota-se uma discrepância no ritmo da diminuição do número de escravos que pode ser explicado por tratar-se de zonas cuja integração na vida econômica da Província era recente e que estavam em franca expansão econômica, o que já não acontecia com as “zonas velhas” do litoral. Além disso, em Lages havia uma exploração em grande escala do gado no qual dependia da mão-de-obra escrava.

2.6 Situação da População Negra após a Abolição da Escravatura

A partir de 1888, foi legalmente concedida ao negro a condição de homem livre, dando-lhe a possibilidade de competir com o branco no mercado de trabalho e de desfrutar, pelo menos formalmente, das oportunidades asseguradas pelo regime de livre iniciativa e livre concorrência.

Mas, segundo Cardoso (2006), mesmo estando livres os negros não conquistaram, de fato, a condição de igualdade:

Continuam a ocupar uma posição equivalente a que desfrutavam no passado, trabalhando serviços braçais e domésticos. Os efeitos da abolição não alteraram significativamente, portanto, sua posição no sistema ocupacional permanecendo o trabalhador negro nos setores mal remunerados e de baixo prestígio social. Não houve, pois, de maneira imediata, nenhum fator que contribuísse para alterar as avaliações sociais dos negros mantidos pelos brancos. À medida que estes transferiram para a população negra avaliações desfavoráveis elaboradas para justificar a escravidão, estas não deixaram de existir depois da abolição (p. 156).

Mas a situação se tornou mais favorável em relação ao período de regime escravista, pois na região cafeeira, principalmente, aos ex-escravos são oferecidos salários relativamente elevados como forma de reter a força de trabalho gerando uma redistribuição da renda em favor da mão-de-obra e um afrouxamento das normas de trabalho (FURTADO 1986).

Portanto, a abolição não acarretou a desorganização imediata da vida econômica do escravo, pois, o artesão, possuindo qualificação profissional, continuou a dispor dos meios indispensáveis à vida assim como o escravo doméstico manteve-se como criado doméstico e o do campo como trabalhador braçal. E como eram as únicas habilidades que tinham, aos ex-escravos só restava mesmo voltar a trabalhar para os ex-senhores ou se estabelecer na periferia das cidades, realizando pequenos serviços ou trabalhos mais regulares (IANNI, 1972).

Verifica-se, então, que entre os pretos e pardos que se dedicam à agricultura e à pecuária é grande o número dos que trabalham por conta própria e dos que trabalham como empregadores é muito reduzido.

Segundo Cardoso (2006), provavelmente, depois da abolição, os ex-escravos e seus descendentes tiveram oportunidades para apropriarem-se do solo, e a maioria do que se beneficiaram dessa possibilidade migrou sendo que utilizam a própria força de trabalho e a de seus familiares para obter os recursos necessários à vida.

Além disso, os negros que se inserem no sistema ocupacional agrário como empregadores apropriando-se de terras ou arrendando-as não encontram até hoje meio para se projetarem como agricultores.

Verifica-se, então, que há apenas dois ramos de atividades nos quais se pode falar na concentração de negros e mulatos ocupados também por brancos:

São elas as prestações de serviços pelo sexo feminino no qual são empregadas como cozinheiras, arrumadeiras, copeiras e demais serviços domésticos e na indústria de transformações pelo sexo masculino. Mesmo assim, o número de brancos é bem maior que o de negros. E nestes, como nos demais ramos, os negros ocupam posição de empregados. Isso significa que ainda hoje as oportunidades ocupacionais da mão-de-obra negra se concentram em torno de atividades nas quais os escravos se especializaram como serviços domésticos e as atividades braçais em geral, o que confirma nossa interpretação de que a posição dos negros na estrutura profissional atual é bastante similar a do passado. Mesmo considerando os indivíduos isolados podemos verificar que ela tem sido pouco freqüente e irregular. Essa verificação sugere que houve evasão dos trabalhadores negros do campo para a cidade, ou para outras regiões, pois no passado o número de negros que se ocupavam da lavoura era maior do que aquele dos que trabalhavam na cidade. Essa evasão deveu-se em parte, ao afluxo de negros para as chamadas “Províncias Negreiras” quando do período de expansão da lavoura cafeeira. Por outro lado, o deslocamento de negros da área rural depois da abolição deve ter sido lento (CARDOSO, 2006, p. 156-160).

Além disso, segundo Furtado (1986), boa parte da população negra se acomodará a um regime de vida restrita aos mínimos vitais à sobrevivência tentando desfrutar um ócio impossível já que para essa população “o trabalho era considerado uma maldição e o ócio um bem inatingível”.

Percebe-se, então, segundo Ianni (1972), uma necessidade de se redefinir ideologicamente o trabalho humano, processo esse que envolve ambas as partes. Por um lado, há alguém interessado na compra e utilização da força de trabalho e, por outro, há alguém necessitando vendê-la por ser a única maneira de se sobreviver e reproduzir-se:

Mas esse desenvolvimento a qual passa a população negra apresenta obstáculos graves, gerados em ambas as partes. De um lado, o preconceito contra o negro assumindo configurações complexas destinadas a consolidar a divisão dos grupos sociais. Por outro lado, a experiência histórica dos negros sobre o regime escravista atuando de modo mais profundo sobre as primeiras gerações livres. Prejudicados pelas experiências dramáticas da escravidão e por um horizonte cultural empobrecido no qual é inerente à condição de escravo os negros e os seus primeiros descendentes estarão incapacitados para reajustamento positivo ao sistema econômico-social (1972, p. 69).

Apesar disso, existem negros ocupando posições que exijam alguma especialidade profissional ainda que em escala pequena o que significa que começaram a abrir novas possibilidades para a mão-de-obra negra também em termos de qualificação profissional. Porém, tal processo, é incipiente e recente. As mudanças recentes apenas afetaram as condições nas quais eles prestam, regularmente seus serviços.

Afinal, o ritmo de mudança da sociedade global, segundo Cardoso (2006) não ofereceu muitas oportunidades de ascensão social aos elementos egressos da escravidão ou das camadas sociais dependentes. As mudanças recentes apenas afetaram as condições nas quais eles prestam, regularmente seus serviços.

Segundo o autor, tornaram-se trabalhadores livres e assalariados, mais nem por isso conseguiram até recentemente, em escala apreciável, novas oportunidades de especialização e classificação social como os outros trabalhadores livres, brancos.

Os escravos que saíram das casas dos senhores ou das fazendas, de um dia para outro, sem terem sido preparados ou terem-se apropriado dos meios sócio-culturais necessários à vida nas novas condições, não são ainda homens livres. Ao contrário, são pessoas cujo estado vai manifestar-se agora, pois é na liberdade que ele compreenderá que foi e é privado. Eles tomarão consciência de que não terão como conseguir os meios para sua subsistência salvo pela venda de sua força de trabalho, operação essa para qual não foram preparados. Afinal, o homem formado dentro desse sistema social está totalmente desparelhado. Os negros de hoje

são os escravos a que se deu liberdade; são os negros no qual persistem os escravos, ainda que em apenas alguns dos seus atributos psíquicos e sócio-culturais. Por isso, a primeira e a segunda geração de negros livres serão essencialmente gerações de ex-escravos. E tanto as pessoas como as relações e estruturas econômicas e sócio-culturais estarão profundamente impregnadas dos componentes engendrados no mundo escravista (IANNI, 1972, p. 49-50).

Com isso, devido às experiências dramáticas da escravidão, a uma cultura empobrecida e um reduzido desenvolvimento educacional os negros e seus primeiros descendentes estariam incapacitados para ajustar de forma positiva a falta de acesso a esse sistema econômico-social.

CAPÍTULO 3

3 DESIGUALDADES NO MERCADO DE TRABALHO ENTRE BRANCOS E NEGROS

3.1 Introdução

Existem diversos tipos de discriminações, mas a discriminação no mercado de trabalho é destaque na literatura.

Segundo Loureiro (2003), a discriminação no mercado de trabalho ocorre quando um grupo de indivíduos que têm habilidades, educação, experiência e produtividade igual recebe salários diferentes ou tratamento diferenciado por causa de sua raça, sexos, cor, condição econômica e social, aparência física e etnia, sem que essas características tenham efeito sobre sua produtividade.

O autor acrescenta ainda que as discriminações no mercado de trabalho são classificadas em quatro tipos:

- **Discriminação ocupacional:** ocorre quando determinados trabalhadores são arbitrariamente restringidos ou proibidos de ocupar certas ocupações, mesmo que sejam tão capazes quanto os demais para executar o trabalho.
- **Discriminação de emprego:** ocorre quando determinados trabalhadores ficam predominantemente em desvantagem no que se refere à baixa oferta de empregos, sendo, portanto, os mais atingidos pelo desemprego.
- **Discriminação salarial:** ocorre quando determinados trabalhadores recebem salários menores do que os demais fazendo o mesmo trabalho.
- **Discriminação decorrente de oportunidades desiguais:** ocorre quando os trabalhadores têm menores oportunidades de aumentar sua produtividade, tais como educação formal ou treinamento no trabalho.

3.2 População Economicamente Ativa Versus Precarização do Trabalho e Taxa de Desemprego

Nesta seção, será analisado a População Economicamente Ativa (PEA), as Taxas de Precarização do Trabalho e as Taxas de Desemprego entre brancos e negros no ano de 2000 no Brasil, na Região Sul e, principalmente, em Santa Catarina. Os dados do ano 2000 são os disponíveis no último Censo.

Segundo o Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER) vinculado ao Instituto de Economia da UFRJ a População Economicamente Ativa (PEA) representa o total de pessoas, de 10 a 64 anos, que estão efetivamente disponíveis para o exercício da atividade econômica, seja trabalhando ou procurando emprego, num determinado período de tempo.

E analisando a População Economicamente Ativa em 2000 verifica-se que o número de pessoas brancas trabalhando ou procurando emprego é muito superior ao do número de pessoas pretas e pardas o que mostra uma grande dificuldade de inclusão da população negra no mercado de trabalho (Tabela 3).

Tabela 3 – População Economicamente Ativa por cor ou raça segundo País, Região e Mesoregião - 2000.

Localidade	Masculino			Feminino		
	Branco	Pretos	Pardos	Branco	Pretos	Pardos
Brasil	24.061.113	3.188.746	17.431.473	17.331.841	2.005.700	10.752.425
Sul	5.952.865	289.085	878.516	4.280.801	195.063	516.986
Santa Catarina	1.384.454	45.636	116.864	979.947	27.043	63.865

Fonte: Tabulações LAESER IE-UFRJ a partir do Censo Demográfico 2000 do IBGE

A Taxa de Precarização do trabalho para o ano de 2000 (razão entre número de trabalhadores em condição precária⁵ sobre a parcela ocupada da PEA) mostra uma taxa maior para os pretos e parda em relação aos brancos no Brasil para ambos os sexos. Já na Região Sul e no Estado de Santa Catarina a

⁵ Trabalhadores assalariados sem carteira assinada; ocupados por conta própria exceto os profissionais e técnicos com 3º grau; sem remuneração ou empregadores em empresas de até 5 trabalhadores.

taxa de precarização do trabalho é maior somente no sexo feminino enquanto no sexo masculino a população branca apresenta maior taxa de precarização do trabalho. Entretanto, não há uma diferença significativa na taxa de precarização da população branca em relação à taxa de precarização da população preta e parda (Tabela 4).

Tabela 4 - Taxa de Precarização do Trabalho por cor ou raça segundo País, Região e Mesoregião - 2000.

Localidade	Pretos		Pardos		Branco	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Brasil	44,65%	64,62%	47,47%	63,20%	41,96%	52,50%
Região Sul	37,26%	59,85%	39,45%	60,55%	39,59%	52,43%
Santa Catarina	35,44%	57,32%	37,07%	60,26%	37,82%	50,97%

Fonte: Tabulações LAESER IE-UFRJ a partir do Censo Demográfico 2000 do IBGE

Essas condições precárias de trabalho apresentadas também podem ser observadas nas taxas de desemprego (Tabela 5). As taxas de desemprego mostradas são obtidas pela razão entre o número total de pessoas desocupadas sobre o total da população economicamente ativa no qual mostra que no Brasil em ambos os sexos, na Região Sul e no Estado de Santa Catarina ela apresenta uma taxa maior na população preta e parda.

Tabela 5 – Taxa de Desemprego por cor ou raça segundo País, Região, e Mesoregião - 2000.

Localidade	Pretos		Pardos		Branco	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Brasil	15,51%	24,09%	14,94%	24,76%	11,26%	18,75%
Sul	14,30%	22,18%	12,78%	22,86%	9,19%	15,62%
Santa Catarina	11,72%	19,95%	11,47%	22,60%	7,80%	13,73%

Fonte: Tabulações LAESER IE-UFRJ a partir do Censo Demográfico 2000 do IBGE

Com isso, podemos observar que tanto a População Economicamente Ativa (PEA) como a taxas de desemprego é bastante alta, o que nos levanta a hipótese de que em função disso a população parda e preta se submete a condições precárias de trabalho o que pode ser explicado pela discriminação racial ou por outros fatores como a educação.

3.3 Posição Ocupacional e Rendimentos

Neste item serão analisadas as ocupações e os rendimentos das populações negra versus branca e iniciará pela análise do rendimento médio do trabalho principal, isto é, rendimento da ocupação principal em dinheiro, produtos ou mercadorias, efetivamente recebido no mês de referência.

Analisando o rendimento médio do trabalho principal percebe-se que para ambos os sexos tanto no Brasil, na Região Sul como no Estado de Santa Catarina os rendimentos menores são oferecidos para a população parda e preta (Tabela 6).

Tabela 6 - Rendimento Médio do Trabalho Principal por cor ou raça segundo País, Região e Mesoregião - 2000.

Localidade	Masculino			Feminino		
	Branco	Pretos	Pardos	Branco	Pretos	Pardos
Brasil	1.064,47	466,29	500,81	683,09	337,41	353,22
Sul	927,71	491,12	489,66	576,98	344,84	310,62
Santa Catarina	932,2	503,77	520,93	558,59	410,41	328,69

Fonte: Tabulações LAESER IE-UFRJ a partir do Censo Demográfico 2000 do IBGE

Quanto a Razão do Assalariamento do Trabalho (número de trabalhadores empregados com e sem carteira assinada e estatutários sobre a parcela ocupada da população economicamente ativa) há maior número de trabalhadores assalariados para a população preta e parda do que para a população branca no Brasil, na Região Sul e no Estado de Santa Catarina. Entretanto, diferenças não tão significativas nos valores de 2000, que é o período estudado (Tabela 7).

Tabela 7 - Razão de Assalariamento do Trabalho por cor ou raça segundo País, Região e Mesoregião - 2000.

Localidade	Masculino			Feminino		
	Branco	Pretos	Pardos	Branco	Pretos	Pardos
Brasil	63,48%	69,80%	63,40%	73,86%	79,86%	73,54%
Sul	59,62%	74,69%	69,89%	69,02%	84,53%	78,43%
Santa Catarina	60,75%	73,77%	70,23%	68,54%	81,75%	75,20%

Fonte: Tabulações LAESER IE-UFRJ a partir do Censo Demográfico 2000 do IBGE

Por último foram analisados as classes de rendimentos das populações branca e negra em 2000, no Brasil, Região Sul e Santa Catarina no qual será utilizada como salário mínimo R\$151,00 e será considerado como categoria sem rendimentos aqueles que receberem somente benefícios.

Ao analisar os rendimentos das populações branca, preta e parda verifica-se que os trabalhadores brancos são melhores remunerados que os trabalhadores pretos e pardos no período estudado (Tabela 8).

Tabela 8 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por cor ou raça, sexo e classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos por cor ou raça segundo País, Região e Mesoregião - 2000.

Classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos	Localidade	Branco		Pretos		Pardos	
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
De 1 a 2 salários mínimos	Brasil	7,41%	5,89%	1,22%	0,71%	6,39%	3,52%
	Sul	12,25%	10,01%	0,77%	0,50%	2,38%	1,29%
	Santa Catarina	12,33%	11,13%	0,56%	0,33%	1,42%	0,72%
De 2 a 3 salários mínimos	Brasil	4,62%	2,83%	0,58%	0,25%	2,92%	1,24%
	Sul	7,63%	4,21%	0,38%	0,17%	1,16%	0,35%
	Santa Catarina	9,31%	5,36%	0,31%	0,13%	0,78%	0,25%
De 3 a 5 salários mínimos	Brasil	5,57%	2,67%	0,52%	0,17%	2,76%	0,90%
	Sul	8,77%	3,64%	0,33%	0,10%	0,97%	0,21%
	Santa Catarina	10,55%	4,01%	0,27%	0,07%	0,63%	0,12%
De 5 a 10 salários mínimos	Brasil	5,40%	2,62%	0,33%	0,11%	1,84%	0,58%
	Sul	7,61%	3,19%	0,19%	0,06%	0,55%	0,12%
	Santa Catarina	8,51%	3,04%	0,14%	0,04%	0,36%	0,07%
De 10 a 15 salários mínimos	Brasil	1,49%	0,70%	0,06%	0,02%	0,35%	0,12%
	Sul	1,92%	0,73%	0,03%	0,01%	0,09%	0,02%
	Santa Catarina	2,00%	0,65%	0,02%	0,01%	0,06%	0,01%
De 15 a 20 salários mínimos	Brasil	1,07%	0,41%	0,03%	0,01%	0,19%	0,06%
	Sul	1,31%	0,39%	0,02%	0,00%	0,05%	0,01%
	Santa Catarina	1,33%	0,33%	0,01%	0,00%	0,03%	0,00%
De 20 a 30 salários mínimos	Brasil	0,65%	0,22%	0,01%	0,00%	0,10%	0,03%
	Sul	0,74%	0,20%	0,01%	0,00%	0,02%	0,00%
	Santa Catarina	0,75%	0,17%	0,01%	0,00%	0,01%	0,00%
Mais de 30	Brasil	1,00%	0,23%	0,01%	0,00%	0,12%	0,02%

salários mínimos	Sul	1,09%	0,22%	0,01%	0,00%	0,03%	0,00%
	Santa Catarina	1,11%	0,20%	0,01%	0,00%	0,02%	0,00%
Sem rendimento	Brasil	1,69%	1,67%	0,30%	0,19%	2,26%	1,36%
	Sul	2,82%	4,34%	0,08%	0,09%	0,36%	0,37%
	Santa Catarina	3,11%	4,81%	0,06%	0,07%	0,25%	0,27%

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) a partir do Censo Demográfico 2000.

3.4 Desenvolvimento Humano, Pobreza e Desigualdade.

Agora será analisado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2000 de brancos, pretos e pardos para ambos os sexos a fim de comparar a qualidade de vida da população branca e negra.

O IDH, segundo Amartya Sen (1999) considera três dimensões: a renda, a longevidade e a educação. A renda é mensurada pelo PIB per capita, a longevidade considera a expectativa de vida ao nascer e a educação é avaliada pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. Essas três dimensões têm a mesma importância no índice e variam de zero a um.

Analisando o IDH da população branca e negra percebe-se que o IDH da população branca é alto e o da população negra é médio. Isto significa que a população branca tem uma qualidade de vida melhor que a população negra (Tabela 9).

Tabela 9 – Índice de Desenvolvimento Humano por cor ou raça segundo País, Região e Mesoregião - 2000.

Localidade	Branco		Pretos		Pardos	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Brasil	0,84	0,81	0,72	0,71	0,73	0,71
Sul	0,85	0,82	0,75	0,73	0,76	0,72
Santa Catarina	0,85	0,82	0,75	0,73	0,76	0,71

Fonte: Tabulações LAESER IE-UFRJ a partir do Censo Demográfico 2000 do IBGE

Por último será analisado o Índice de Pobreza e de Indigência que é uma medida de pobreza de abordagem monetária caracterizada pelas linhas de Indigência e de Pobreza.

Estes índices são medidas absolutas de pobreza que permitem a identificação do contingente de indigentes de um país.

O Índice de Pobreza (valor da Linha de Indigência acrescido do montante monetário capaz de arcar com despesas básicas de produtos e serviços) mostra que a população negra no período de 2000 para o Brasil, Região Sul e o Estado de Santa Catarina apresenta um índice de pobreza maior em relação a população branca sendo, portanto, mais pobre, ou seja, possui capacidade menor de arcar com suas despesas básicas (Tabela 10).

Tabela 10 – Índice de Pobreza por cor ou raça segundo País, Região, e Mesoregião - 2000.

Localidade	Branços		Negros		Pardos	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Brasil	31,16%	31,31%	56,96%	57,46%	57,32%	57,74%
Sul	28,63%	28,31%	49,01%	50,37%	49,31%	50,72%
Santa Catarina	23,12%	23,10%	45,88%	48,00%	47,06%	49,41%

Fonte: Tabulações LAESER IE-UFRJ a partir do Censo Demográfico 2000 do IBGE

O índice de Indigência (valor monetário necessário para a aquisição de uma cesta de alimentos mínima à sobrevivência) como o Índice de Pobreza apresenta um índice maior para a população negra no Brasil, Região Sul e Santa Catarina em relação à população branca o que mostra a dificuldade da população negra ao adquirir os alimentos mínimos para sua sobrevivência (Tabela 11).

Tabela 11 – Índice de Indigência por cor ou raça segundo País, Região, e Mesoregião - 2000.

Localidade	Branços		Pretos		Pardos	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Brasil	14,49%	14,49%	30,69%	31,02%	33,07%	33,05%
Sul	11,20%	11,00%	22,16%	22,74%	22,16%	22,94%
Santa Catarina	8,23%	8,25%	18,60%	19,68%	21,12%	22,78%

Fonte: Tabulações LAESER IE-UFRJ a partir do Censo Demográfico 2000 do IBGE

Com isso, concluímos nesta seção que em termos de qualidade de vida e requisitos mínimos para sobrevivência a população preta parece apresentar uma situação muito desfavorável em relação a população branca o que parece confirmar a possibilidade de que a população negra está submetida a precárias condições, não só no trabalho como no seu dia-a-dia.

CAPÍTULO 4

4 NÍVEL DE ESCOLARIDADE ENTRE BRANCOS E NEGROS

4.1 Introdução

Está sendo analisado o nível de escolaridade entre brancos e negros em 2000 utilizando como indicadores a escolaridade média, a taxa de analfabetismo e a faixa de escolaridade.

Assim, será possível verificar se o nível educacional apresentado pela população negra em 2000 foi resultado da baixa distribuição de renda e das dificuldades para se inserir no mercado de trabalho.

Para realizar a análise dos indicadores da escolaridade serão usados os seguintes indicadores: escolaridade média (média dos anos de estudos concluídos por uma determinada população), taxas de analfabetismo (proporção dentre os indivíduos de 15 anos ou mais, daqueles que declaram, em uma pesquisa, não saber ler e escrever pelo menos um bilhete simples) e a faixa de escolaridade da população acima de 25 anos.

4.2. Indicadores de Escolaridade

O nível de escolaridade média em 2000 no Brasil, na Região Sul e no Estado de Santa Catarina da população branca é maior em relação à população parda e preta (Tabela 12).

Tabela 12 - Escolaridade Média por cor ou raça segundo País, Região, e Mesoregião - 2000.

Localidade	Pretos		Pardos		Branco	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Brasil	3,84	4,08	3,71	4,07	5,39	5,61
Sul	4,27	4,38	4,06	4,04	5,41	5,54
Santa Catarina	4,38	4,24	3,96	3,84	5,36	5,38

Fonte: Tabulações LAESER IE-UFRJ a partir do Censo Demográfico 2000 do IBGE

Um outro indicador de escolaridade utilizado é a taxa de analfabetismo. Ao analisar este indicador observa-se que o nível de alfabetização da população preta e parda é muito baixo em relação à população branca (Tabela 13).

Tabela 13 – Taxa de Analfabetismo por cor ou raça segundo País, Região, e Mesoregião – 2000.

Localidade	Pretos		Pardos		Branco	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Brasil	20,92	22,19	18,47	17,88	7,95	8,64
Sul	13,00	16,10	11,77	16,31	5,23	6,65
Santa Catarina	11,72	15,44	10,68	15,01	4,62	5,57

Fonte: Tabulações LAESER IE-UFRJ a partir do Censo Demográfico 2000 do IBGE

E por final será analisado o nível educacional nas faixas de escolaridades das populações pretas, pardas e brancas em 2000. Segundo as faixas de escolaridades verifica-se que, assim como nos demais indicadores que a população negra possui um nível educacional mais baixo (Tabela 14).

Tabela 14 – Faixa de Escolaridade por cor ou raça segundo País, Região, e Mesoregião – 2000.

Nível Educacional	Localidade	Masculino			Feminino		
		Branco	Pretos	Pardos	Branco	Pretos	Pardos
Zero anos de estudo	Brasil	9,91%	23,55%	21,31%	11,18%	25,53%	21,46%
	Sul	7,01%	16,13%	15,52%	9,09%	19,81%	21,08%
	Santa Catarina	5,54%	12,77%	12,22%	7,22%	17,67%	18,02%
1º grau completo	Brasil	10,02%	8,23%	8,06%	9,49%	7,15%	7,47%
	Sul	10,79%	10,38%	9,12%	10,18%	8,86%	7,99%
	Santa Catarina	12,30%	12,28%	10,11%	11,29%	9,52%	8,07%
2º grau completo	Brasil	15,72%	9,50%	10,42%	17,09%	10,65%	12,54%
	Sul	13,83%	9,35%	8,11%	13,80%	9,43%	7,86%
	Santa Catarina	13,76%	8,82%	7,25%	13,07%	8,23%	6,56%

Fonte: Tabulações LAESER IE-UFRJ a partir do Censo Demográfico 2000 do IBGE

Das análises de dados feitas, verifica-se que parte das desigualdades raciais entre brancos e negros está diretamente relacionada ao nível educacional já que a população negra possui um nível educacional tão baixo em relação à população branca o que pode ser explicada pela discriminação ou maiores exigências.

CAPÍTULO 5

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como indicado na introdução, o objetivo deste texto é tentar explicar as desigualdades no mercado de trabalho entre brancos e negros. Em particular, procurou-se investigar as condições de trabalho entre brancos e negros no ano de 2000, especialmente no Estado de Santa Catarina.

Esta monografia procura atestar a intensa desigualdade de oportunidades para a população negra nesse ano em todas as regiões geográficas pesquisadas. A população economicamente ativa não está democraticamente distribuída entre brancos e negros o que mostra o grau de dificuldade da população negra ao tentar se inserir no mercado de trabalho.

A desigualdade de renda para população negra em relação à branca também é intensa o que pode ser explicada pela forte concentração de renda nas mãos da população branca tornando os brancos e deixando na pobreza a população negra.

A desigualdade de educação é outro indicador que pode explicar porque os negros são tão mal remunerados e quase não têm acesso ao mercado de trabalho. Segundo os dados do censo demográfico 2000 analisado a população negra possui um baixo nível educacional o que dificulta o acesso ao mercado de trabalho, tanto nas oportunidades melhores como a obterem melhor distribuição de renda.

Mas a desigualdade no mercado de trabalho como também na educação poderá ser afetado também pelo fato da população negra ter sido submetida ao período escravista o que por um lado ocorre por discriminação racial. Por outro lado deve-se ao fato de a escravidão ter restringido o desenvolvimento educacional dos ex-escravos, o que os impossibilitou de executar tarefas mais complexas ficando os negros submetidos a trabalhar nas mesmas tarefas que executavam no período escravista com a diferença de agora ser remunerado.

Com isso e após ter analisado os dados do censo demográfico 2000 em relação ao mercado de trabalho e nível educacional e estudado as questões das discriminações raciais e do regime escravista podemos levantar a hipótese de que, no período de 2000, parte significativa das desigualdades entre brancos e negros está diretamente relacionada à discriminação racial presente tanto na escola como no mercado de trabalho.

E essa discriminação racial pode ser resultante tanto do processo escravista como do baixo nível educacional.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Praizô Iwakami; TEIXEIRA, Moema De Poli. O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira – uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000. **Texto para discussão 1052**, Out. 2004. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_1052.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2007.

BRANDÃO, André Augusto Pereira. Raça e indicadores sociais. In: OLIVEIRA, Iolanda de (Org.). **Relações Raciais e Educação**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p. 19-72.

BRUM, Argemiro Jacob. BRUM, A.J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 21.ed. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2000. 571p.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas**. Florianópolis: Insular, 2006. 207 p.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo, Ática, 1978 (Vol. I e II).

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 21. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986. 248p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002, 176p.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 302.

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson. do Valle. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: Vértice: Iuperj, 1988. 200p.

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. 248 p.

_____. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. 258p.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie; SILVA, Frederico Augusto Barbosa da. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília, DF: IPEA, 2002.151p.

LOUREIRO, Paulo R. A. Uma resenha teórica e empírica sobre economia da discriminação. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro: vol. 57, n.1, jan./mar. 2003. p. 125-157.

LOVELL, Peggy A. **Desigualdade racial no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte, UFMG: CEDEPLAR, 1991. 365p.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Reinventando a liberdade**: a abolição da escravidão no Brasil. 7. ed. São Paulo: Atual, 1993. 73p.

OLIVEIRA, Lúcia Helena Garcia de; PORCARO, Rosa Maria; COSTA, Tereza Cristina N. Araújo. **O lugar do negro na força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. 88p.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 39. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. 364p.

SEN, Amartya. Desenvolvimento Humano e IDH. **Relatório de Desenvolvimento Humano**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1999. Disponível em <http://www.pnud.org.br/idh>. Acesso em:09 jul. 2007.

SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem à Província de Santa Catharina (1820), tradução e prefácio de Carlos da Costa Pereira, **Coleção Brasileira**, Companhia Editora Nacional, São Paulo, vol. 58, 1936.

SANTOS, Hélio. Discriminação racial no Brasil. In: SABÓIA, Gilberto Vergne; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (orgs.). **Anais de Seminários Regionais Preparatórios para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Brasília: Ministério da Justiça, 2001. 476p.

SELLITZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo, EPU, 1974.687p.

TOLEDO, Roberto Pompeu. À Sombra da Escravidão. **Revista VEJA**, Rio de Janeiro, n. 1.444, mai.1996. p52 – 65.